

A RECESSÃO ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE: FOI A COVID-19?

UM OLHAR A PARTIR DO SECTOR EXTERNO

Michael Godet Sambo

INTRODUÇÃO

Depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter sido notificada pela primeira vez, a 31 de Dezembro de 2019, sobre a ocorrência de casos de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan, na China, as autoridades chinesas identificaram, a 7 de Janeiro de 2020, o novo coronavírus como sendo a causa da doença que em pouco tempo se espalharia pelo Mundo, afectando a economia mundial. Inicialmente designado 2019-nCov, não tardou a mudar o nome para COVID-19 (*Coronavirus Disease*), e a sua rapidez de propagação também foi notória, levando a OMS a declarar Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, a 30 de Janeiro, o que representa o mais alto nível de alerta daquela instituição. Até então, apenas 98 casos haviam sido identificados, em pelo menos 19 países, incluindo a China, e embora «supostamente» não tivessem sido registados óbitos, a situação já instaurava o pânico um pouco por todo o Mundo.

A 11 de Março de 2020, com 118 000 casos reportados em 114 países, com um total de 4 291 óbitos registados, e a sua contínua e rápida expansão, a OMS declarou que o surto poderia ser caracterizado como «pandemia» (*World Health Organization (WHO) Regional Office for Europe*, n.d.). Em meados de Março, a Europa tornou-se no epicentro da pandemia, chegando a acumular, a 18 de Abril de 2020, cerca de 68 % da mortalidade mundial. Em contrapartida, as previsões económicas mundiais e as previsões dos custos com a pandemia também seguiram um ritmo apocalíptico, chegando a estimar-se custos na ordem dos 2,7 triliões de dólares americanos (Orlik *et al.*, 2020), e 4,1 triliões de dólares (Alegado, 2020), entre outras previsões. O que em parte justificou estas conjecturas foram as medidas de restrição das actividades económicas e de confinamentos compulsivos adoptadas pelos vários governos mundiais, com vista a estancar a rápida propagação da COVID-19. As diversas economias sofreram paralisações totais ou parciais temporariamente e, em alguns casos, sucessivas, naquilo que ficou conhecido como «*lockdown*» («confinamento»), facto que forçou aos respectivos governos a aumentar as suas despesas públicas com a segurança social e os apoios às classes empresariais e industriais, com vista à protecção das respectivas

economias e dos seus agentes económicos em particular. Estas acções políticas exigiram enormes esforços financeiros dos governos, e revelaram a vulnerabilidade dos países pobres em prosseguirem com políticas expansivas com recurso a fundos próprios, no intuito de precaverem as suas economias de entrarem em crise profunda.

Em suma, com vista a salvar vidas e a economia mundial, os governos nacionais disponibilizaram cerca de 12 triliões de dólares americanos em acções de natureza fiscal, e aproximadamente 7.5 triliões de dólares em intervenções monetárias. Além disso, os países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) contribuíram para o Fundo de Alívio e Contenção de Catástrofes, bem como para o Fundo de Crescimento e Redução da Pobreza, o que permitiu ao FMI alocar cerca de 100 biliões de dólares para apoio aos seus membros face à pandemia, incluindo para o alívio da dívida dos países mais carenciados até Abril de 2021, e para a provisão de empréstimos concessionais numa capacidade até 10 vezes maior que a anterior à crise (Georgieva, 2020). Mesmo assim, a economia mundial experimentou uma recessão por conta da Covid-19, considerada a maior desde a Grande Depressão (Crise de 1929).

Passado o primeiro ano após a eclosão da pandemia, que levou a uma recessão da economia mundial na ordem dos -3.5 % do PIB global, segundo dados do Banco Mundial (World Bank, 2021b), várias vacinas foram introduzidas, aumentando a expectativa de se reverter o cenário da crise e recessão económica. Com efeito, embora seja tida como a maior crise da economia mundial desde a Grande Depressão, estima-se também que a recuperação económica pós-recessão, prevista para 2021, como efeito da introdução das vacinas e consequente relaxamento das medidas restritivas, seja a maior dos últimos 80 anos, com o PIB mundial a crescer na ordem dos 5.6 % (World Bank, 2021b; Levy & Leite, 2021). No entanto, prevêem-se disparidades no processo de recuperação económica, com vantagem para as economias mais desenvolvidas e que dispõem de mais recursos, quer para o rápido acesso à vacinação, como também para maior intervenção nas suas economias aos níveis fiscal e monetário. Portanto, as economias mais desenvolvidas tenderão a experimentar uma rápida recuperação e altas taxas de crescimento pós-recessão, embora nem sempre iguais ou superiores às taxas anteriormente previstas. Por sua vez, os países em desenvolvimento terão uma recuperação mais lenta, e os efeitos da recessão ao nível do PIB *per capita* estender-se-ão por um período relativamente longo. O Banco Mundial ainda acrescenta que «entre as economias de baixa renda, onde a vacinação está atrasada, os efeitos da pandemia reverteram os avanços na redução da pobreza e agravaram a insegurança e outros desafios de longa data» (World Bank, 2021b). Note que, para o Banco Mundial, de acordo com o prefácio do presidente do Grupo, David Malpass, «expandir a distribuição e aplicação da vacina, especialmente para os países em desenvolvimento é a primeira e mais importante condição para a recuperação económica» (World Bank Group, 2021:xv).

É precisamente este tipo de afirmação e lógica de construção de argumento que o presente artigo pretende problematizar, e quicá desconstruir, olhando para o caso de Moçambique. Pois, primeiro, o problema da crise económica relacionada com a pandemia da COVID-19 centra-se nas restrições impostas ao fluxo normal das actividades económicas e não no vírus em si; em segundo lugar, em vez do foco estar posto na descoberta da cura para a doença do coronavírus, todas as atenções são direccionadas exclusivamente às vacinas cuja eficácia não abrange todas as variantes da COVID-19, numa altura em que novas variantes continuam a surgir; e terceiro, tais afirmações não consideram o estado ou tendência dessas economias em desenvolvimento antes da eclosão da crise, mas notificam que a vacina é pré-condição para solucionar o problema da recessão, supostamente causada pela COVID-19. Até que ponto a administração da vacina trará a recuperação da economia moçambicana?

Moçambique é uma das economias de baixa renda ou um país em desenvolvimento, onde o processo de vacinação está atrasado, e não sendo excepção à recessão económica no contexto da COVID-19, esforça-se para a sua rápida recuperação e a respectiva reversão dos efeitos da crise. Será que conseguirá sem a vacinação efectiva de sua população? Ou será que sem alcançar uma taxa de vacinação populacional de, por exemplo, mais de 50 % da população, não pode retomar o crescimento, muito menos as elevadas taxas de crescimento económico, como, por exemplo, da ordem dos 7 % ao ano, que tornaram Moçambique num caso de sucesso económico? Obviamente, nenhuma destas questões poderia ter um argumento lógico sustentável, mas mereceriam um conjunto de especulações e argumentações romantizadas, que deixariam de lado um conjunto de factos socioeconómicos e políticos fundamentais para a análise das dinâmicas económicas de Moçambique e cruciais para sua recuperação. Pois, com um total cumulativo de casos positivos de 75 828 pessoas até 29 de Junho de 2021 (Ministério da Saúde, 2021b), isto é, volvidos um ano e meio desde o início da pandemia, para uma população estimada de 30 832 244 de habitantes em 2021 (Anon, 2019), Moçambique conta com apenas 0,25 % da população cumulativa infectada, num universo de 1,9 % da população de testados. Não obstante, é lógico afirmar que o facto de Moçambique ter experimentado uma taxa de crescimento do PIB negativa de -1,3 %, segundo os dados do Banco Mundial, não se deve ao grau de propagação da pandemia no País, e sim à combinação simultânea dos efeitos das medidas restritivas dos seus principais parceiros económicos (Sambo & Siúta, 2020), das medidas tomadas internamente, bem como da conjuntura económica em que se encontrava à chegada da pandemia.

Desta forma, este artigo argumenta que a crise económica em Moçambique não resulta da eclosão da pandemia em si, e dos seus efeitos directos na economia moçambicana, mas sim, que a pandemia exacerbou uma crise pré-existente. O artigo resulta de análise bibliográfica e documental, com ênfase para a análise de dados estatísticos de múltiplas fontes internacionais e nacionais, destacando as fontes oficiais, e analisa as dinâmicas económicas no contexto da

COVID-19, com enfoque nas relações económicas de Moçambique com o resto do Mundo desde antes da eclosão da pandemia até aos princípios de 2021. Além da introdução, este artigo é desenvolvido em duas secções seguidas da conclusão. A primeira secção analisa as dinâmicas das políticas públicas no contexto da dependência externa, e a segunda investiga as dinâmicas da economia de Moçambique em relação ao resto do mundo, analisando os antecedentes e as variações no âmbito da COVID-19, com vista a aferir a sua relação; segue-se finalmente uma conclusão e implicações da análise.

DINÂMICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA

Moçambique reportou o primeiro caso de COVID-19 a 22 de Março de 2020. Seguiram-se de imediato uma série de medidas administrativas visando estancar a sua propagação no País, sob a justificação de a prevenção ser a melhor estratégia. As medidas inicialmente adoptadas, no contexto da declaração do Estado de Emergência a 30 de Março, estendido até 30 de Julho, compreenderam (a) o encerramento das escolas desde o ensino pré-primário ao ensino universitário; (b) a proibição de reuniões de mais de 50 pessoas, incluindo os cultos religiosos; (c) o banimento e cancelamento de vistos de entrada no País; (d) a imposição de quarentena por 14 dias a todos viajantes que entrassem em Moçambique; (e) a criação de um comité técnico-científico para aconselhamento ao Governo; e, (f) a obrigatoriedade do uso de máscara facial em locais públicos (International Monetary Fund, 2021d). Estas medidas iniciais podem ter contribuído para um retardamento da expansão da pandemia em Moçambique. Porém, gradualmente esta foi-se expandindo no território moçambicano, causando receios relativos ao surgimento de uma crise humanitária (Siúta & Sambo, 2020), dadas a precariedade do sistema sanitário em Moçambique e a limitada capacidade financeira para a reestruturação deste, com vista a poder responder a uma acrescida demanda que a pandemia poderia ter causado.

Importa notar que a propagação desta pandemia tende a fazer-se em flutuações designadas «ondas de contaminação», o que torna pouco previsíveis as medidas de prevenção, no contexto de saúde pública e das suas implicações socioeconómicas, bem como ao nível das políticas económicas. Note-se que em Moçambique já se fizeram sentir duas ondas, a primeira com o pico entre Agosto e Setembro de 2020, e a segunda com o pico em Fevereiro de 2021. A segunda foi maior do que a primeira, tendo registado um total de 286 óbitos no pico, contra cerca de 39 óbitos no pico anterior (Ministério da Saúde, 2021a). Há, no entanto, indícios da eclosão de uma nova onda, porquanto a taxa de positividade passou de 2 % em Maio para 4 % em Junho de 2021. Por seu turno, as medidas de prevenção instituídas pelo Governo, ao longo destes períodos, também variaram. Por exemplo, na segunda declaração de Estado de

Emergência, em Agosto de 2020, foram acrescidas medidas como: (a) imposição de limitação de movimento dentro do País e através das fronteiras; (b) banimento de todos os tipos de eventos públicos e privados; (c) fecho e restrições às lojas não essenciais; (d) monitoria de preços dos bens essenciais para prevenir especulações de preços; (e) redireccionamento do sector industrial para produção de bens necessários à prevenção e mitigação da pandemia COVID-19; (f) introdução da rotação dos trabalhadores nos sectores de serviço; e (g) a certificação da adopção de medidas preventivas por todas as instituições públicas e privadas (International Monetary Fund, 2021d). Por outro lado, manifestou-se uma tendência de reabertura gradual das actividades económicas com início em Agosto de 2020. Em Fevereiro de 2021, com o aumento do número de casos positivos, o Governo voltou a agravar algumas destas medidas, incluindo a imposição de limites aos horários de circulação de pessoas na cidade de Maputo. Ao nível de políticas fiscais, o Fundo Monetário Internacional regista a introdução de isenções do IVA para produtos essenciais, como o açúcar, óleo vegetal e sabão, estendidos de Maio até ao final do ano 2020. Embora mencione transferências e subsídios às famílias mais carenciadas, aos micro negócios e às pequenas e médias empresas, estes não são claramente evidenciados como políticas implementadas em 2020, e sim como intenções de políticas a serem levadas a cabo mediante a obtenção de empréstimos solicitados pouco depois da eclosão da pandemia. Sabe-se, porém, da implementação de transferências monetárias a famílias de baixa renda ao longo do primeiro semestre de 2021, pelo facto de ter sido mediatizado na capital do País. Mas também se sabe das duas linhas de crédito introduzidas pelo Banco Nacional de Investimento¹ (BNI), com vista ao apoio à economia no contexto da pandemia de COVID-19, através das micro, pequenas e médias empresas (MPME), sendo uma linha de crédito em parceria com o Governo de Moçambique (GdM), no montante de 1000 milhões de meticaís, aproximadamente 14 milhões de dólares americanos aprovados pelo GdM a 2 de Junho e designados «GOV Covid-19»; e outra linha do próprio Banco, designada «BNI Covid-19», no valor de 600 milhões de meticaís, através da emissão de empréstimos obrigacionistas (BNI, 2020). É de esperar que a linha de financiamentos advindos da parceria com o Governo não seja oriunda de receitas próprias de Estado, e sim dos empréstimos adquiridos ao FMI, como adiante se descreve. Por sua vez, o relatório do BNI refere que o total de crédito disponibilizado no âmbito da COVID-19 (1600 milhões de meticaís) foi absorvido na economia pelos seguintes sectores: comércio (29 %), avicultura (16 %), turismo (10 %), indústria alimentar (8 %), agricultura (6 %), educação (6 %) e outros (*ibid*), os quais se pressupõe terem incidido principalmente ao nível de tesouraria das empresas receptoras. Portanto, sem apoio externo, a capacidade fiscal do país estava aquém do necessário para implementação de políticas expansionistas necessárias para atenuar os

¹ O BNI é um banco de desenvolvimento e de investimento detido a 100 % pelo Estado Moçambicano através do Instituto de Gestão das Participações do Estado – IGEPE (BNI, 2021).

efeitos das medidas de saúde pública adoptadas no contexto da COVID-19, bem como para o combate à pandemia.

A pandemia eclodiu num momento em que a economia de Moçambique se encontrava em paulatino arrefecimento e relativamente fragilizada. Os dados do Banco Mundial indicam que as taxas de crescimento do PIB vinham a reduzir nos anos anteriores à pandemia, registando-se 3,4 %, em 2018, e 2,3 %, em 2019, respectivamente, portanto, em nada relacionadas com a pandemia em si, pois nem indícios de sua eclosão existiam até então. Estimada uma taxa de crescimento real do PIB de Moçambique em -1,3 %, para 2020, prevê-se que em 2021 cresça 1,7 %, em 2022 suba para 4,1 % e atinja 6,3 % em 2023 (World Bank Group, 2021:165). Note que, à entrada da pandemia, a economia do País se encontrava no limiar do sufoco, causado, por um lado, pela crise da dívida pública² e a subsequente retirada do apoio directo ao Orçamento Geral de Estado (OGE) por parte dos parceiros económicos bilaterais e multilaterais em resposta à contracção oculta de dívidas astronómicas descobertas em 2013 e 2016 (Cortez *et al.*, 2021). Na incapacidade de honrar com os respectivos compromissos assumidos no contexto destas dívidas, o Governo viu-se forçado a reescalonar a dívida. Saliente-se que, de acordo com as escalas de classificação de risco de crédito, quer da *Standard & Poor's* (S&P), quer da *Moody's Investor Service* (Moody's) ou mesmo da *Fitch Ratings* (Fitch), que são as principais agências de classificação do risco de crédito ao nível mundial, Moçambique mudou a sua classificação de «altamente especulativo» (Moody's: B3; Fitch: B; S&P: B-) para classificações mais baixas, variando apenas entre «risco muito alto» e «risco substancial», desde 15 de Março de 2016 até ao presente, nas três agências em simultâneo (vide Trading Economics, 2021a). Isto significa que a possibilidade de obtenção de crédito comercial no exterior tornou-se remota, restringindo as opções do Governo ao crédito concessional e ao crédito comercial interno.

Por sua vez, com a eclosão da pandemia, o Governo de Moçambique recorreu ao apoio financeiro internacional, e o País beneficiou de alívio parcial do serviço da dívida. Sendo Moçambique um país sobre endividado, além de figurar entre os países mais pobres do mundo, foi abrangido pela Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) mobilizada pelo Banco Mundial e o FMI aos países credores do G20, com vista a aliviar o sufoco dos países pobres na luta contra a COVID-19 (World Bank, 2021a). Por um lado, o Governo de Moçambique aderiu à iniciativa assinando o primeiro memorando de entendimento, a 29 de Setembro de 2020, com o grupo de credores afiliados ao Clube de Paris, tendo conseguido a suspensão do serviço da dívida com três parceiros bilaterais, nomeadamente a China,

² Segundo Rogério Zandamela, Governador do Banco de Moçambique, a Dívida Pública de Moçambique passou de 40 % do PIB, em 2013, para 120 % do PIB até ao momento (AIM, n.d.). Dados estatísticos do Banco de Moçambique publicados pela *Trading Economics* denotam uma clara subida da Dívida Pública em percentagem do PIB entre 2010 e 2020, revelando um salto de 55,4 % do PIB, em 2014, para 88,1 %, em 2015, evoluindo imediatamente para níveis de insustentabilidade em 2016, com 106,6 % do PIB, de onde tendeu a evoluir até 113,7%, em 2020 (Trading Economics, 2021b).

a Coreia do Sul e o Japão, num total de 22,3 milhões de dólares americanos (Ministério da Economia e Finanças, 2021), que inicialmente terminaria a 31 de Dezembro de 2020, tendo sido estendido até Dezembro de 2021 (World Bank, 2021a). Portanto, o País ganhou um apoio indirecto, na medida em que recursos que deviam ser canalizados para o serviço da dívida podem, por força da suspensão temporária, ser canalizados para o combate à pandemia e aos seus efeitos.

Por outro lado, de um fundo de empréstimo total de 19 486,13 milhões de dólares aprovado pelo FMI aos cerca de 36 países de África até Maio de 2021, Moçambique beneficiou de 309 milhões de dólares, aprovados a 24 de Abril de 2020. Note que o Governo de Moçambique solicitou à comunidade internacional um total de 700 milhões de dólares para poder lidar com os efeitos da pandemia na economia, especificamente com vista a: (a) implementar políticas fiscais, tais como a isenção temporária de impostos, por forma a apoiar as famílias e o sector de saúde³; e (b) aumentar os gastos em resposta à crise sanitária e necessidades humanitárias, incluindo altos gastos com bens e serviços de saúde e os programas de transferência financeira (International Monetary Fund, 2021d). Neste contexto, além do crédito financeiro concedido pelo FMI, o País contraiu um crédito adicional com o Banco Mundial, na ordem dos 27,95 milhões de dólares a 8 de Junho de 2020, decorrente do fundo de apoio de emergência ao Projeto de Prontidão e Resposta à COVID-19 (Ministério da Economia e Finanças, 2021). Somando ao crédito recebido do FMI, no âmbito da COVID-19, totaliza cerca de 336,95 milhões de dólares em crédito externo nesse âmbito. Entretanto, em 2020, Moçambique contraiu um total de 857,35 milhões de dólares em empréstimos externos, dos quais apenas os previamente mencionados eram consignados à mitigação dos efeitos da pandemia (Ministério da Economia e Finanças, 2021:18). Portanto, o País beneficiou de injeção de capital para prosseguir com as políticas fiscais expansivas necessárias para fazer face à crise, sem a qual a capacidade interventiva provavelmente teria sido comprometida. No entanto, é importante notar que, antes da pandemia, o País não dispunha de recursos para melhorar o sistema sanitário, tal como para fazer face a situações de emergências como a provocada pela COVID-19. Moçambique tinha limitações de acesso ao crédito comercial, devido à baixa reputação decorrente da contracção das dívidas ocultas que levaram o País à situação de insustentabilidade da dívida pública, factos que também retraíram o apoio dos parceiros bilaterais. Nestas condições, a capacidade interventiva do Estado na economia enfrentava sérias dificuldades, devido à elevada dependência de fluxos de capitais externos sob forma de dívida pública externa e doações para apoio ao défice orçamental, facto que permite a execução das políticas públicas. Por conseguinte, no contexto da pandemia, embora o País disponha de recursos adicionais, tais recursos são usados principalmente na

³ Isenções de IVA e tarifárias na importação de alimentos, medicamentos e equipamento médico.

componente do consumo público em contexto de emergência, e, portanto, têm um peso acrescido na Dívida Pública de Moçambique e no serviço da dívida, com efeitos substanciais a médio e longo prazo, dados os níveis de insustentabilidade em que se encontra.

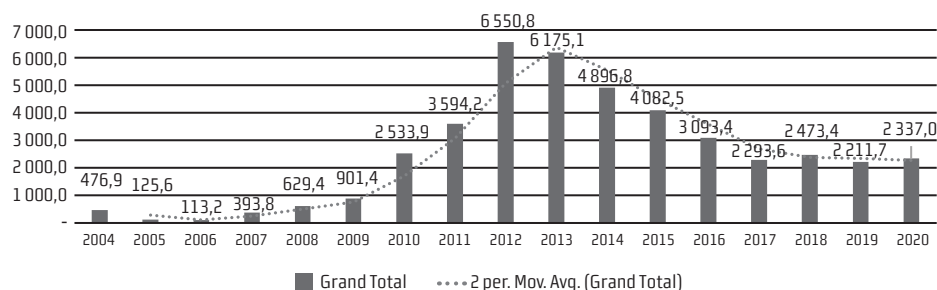
DINÂMICAS DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE EM RELAÇÃO AO RESTO DO MUNDO

Esta secção procura analisar as tendências de algumas variáveis económicas no âmbito da economia internacional, desde o período anterior à COVID-19 até ao primeiro ano desde o seu início, na perspectiva de demonstrar que a crise actual, no caso de Moçambique, precede a pandemia. Com efeito, a pandemia só exacerbou os efeitos de uma crise que já se vinha a revelar, como a seguir se demonstra.

Primeiro, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) já estava numa tendência descendente desde o seu pico, em 2012, de acordo com os dados de 2021 do Banco de Moçambique⁴. Apesar do IDE que Moçambique atrai ter um relativo fraco potencial para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico (Sambo, 2020), tem um enorme potencial de contribuição para o crescimento económico através da produção orientada para as exportações que este promove. Pelo que, se por um lado o investimento e as exportações em Moçambique tendem a evoluir no mesmo ritmo (Castel-Branco & Ossemane, 2010:169), por outro, estas duas variáveis exercem pressões sobre o PIB na mesma direcção da sua evolução. Neste contexto, considerando a tendência geral do IDE, em Moçambique, desde 2013, nota-se que apresenta um declínio consistente até 2017, de onde tende a estagnar (fig. 1). Por conseguinte, verifica-se uma correspondente redução das taxas de crescimento do PIB evidenciadas a partir de 2015, e o conseqüente abrandamento paulatino do crescimento do PIB até atingir o declínio em 2020 (fig. 2). Logo, a crise económica, em Moçambique, já se mostrava através da desaceleração económica que se manifesta de forma persistente e acentuada a partir de 2015. Pode, eventualmente, questionar-se a contínua decadência das taxas de crescimento do PIB entre 2017 e 2020, visto que o IDE estagnou nesse período. Esta questão leva-nos ao segundo argumento.

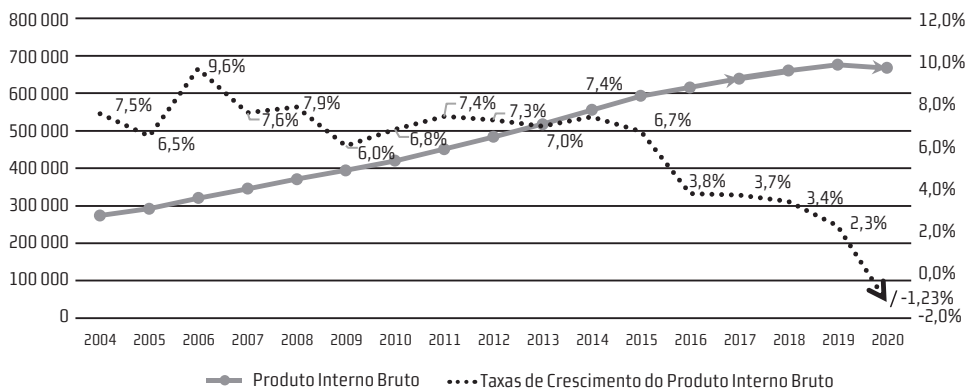
⁴ Note que os dados de 2021 diferem dos disponibilizados em 2020, nos quais o pico do IDE se verificava em 2013 (vide em Sambo, 2020).

FIGURA 1: ENTRADA DE IDE ANUAL EM MILHÕES DE USD (2004-2020).



Fonte: Banco de Moçambique.

FIGURA 2: TENDÊNCIA E EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES 2014=100 (106-MT), E DAS TAXAS DE CRESCIMENTO.



Fonte: INE

Segundo, a economia de Moçambique é altamente vulnerável aos choques externos. A sua vulnerabilidade económica deriva de vários factores, incluindo a elevada dependência de influxos de capital externo, quer por via da dívida pública externa para financiar os gastos do Governo na prossecução de políticas públicas, discutidos na secção anterior, quer por vias do IDE, que financia a produção, como demonstrado no ponto anterior. Adicionando a estes, está a vulnerabilidade decorrente da elevada taxa de abertura⁵ para com o resto do Mundo, sendo Moçambique uma economia pouco robusta. Na essência, Moçambique importa o que consome e exporta o que produz, facto que torna a economia sensível às pequenas variações na oferta ou procura de bens no mercado internacional, sobretudo das *commodities*, bem como às variações de preços. Porque, o IDE, em Moçambique, está concentrado em megaprojectos

⁵ A taxa de abertura de Moçambique situou-se nos 127,2 %, em 2018 (a mais alta do país até aqui registada), e 116,55 %, em 2019, situando-se entre os 28 países com mais alta taxa de abertura num universo de 170 países (The Global Economy, 2021).

no sector extractivo que produzem quase exclusivamente para as exportações e com grande peso na economia (Castel-Branco, 2015; Sambo, 2020; Castel-Branco & Ossemame, 2010). Neste contexto, importa analisar o comportamento das exportações e das importações face às alterações de variáveis internacionais.

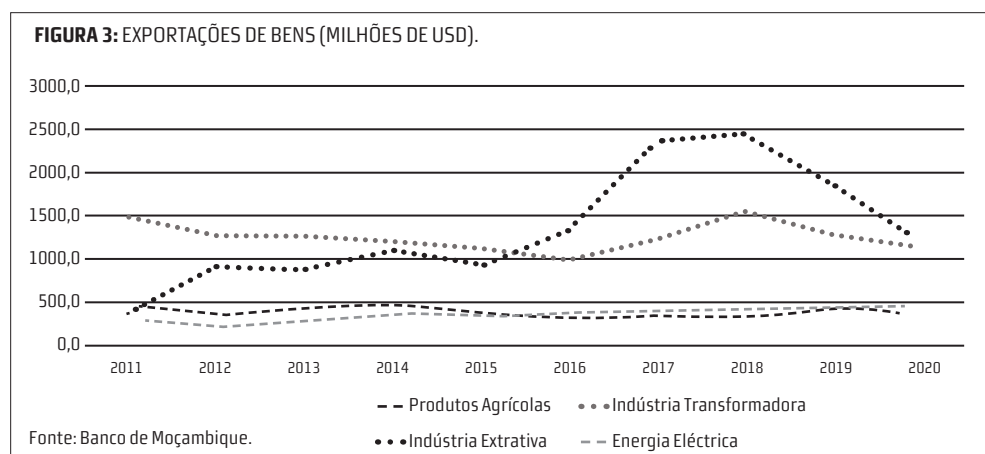
Por um lado, considerando as exportações de bens, nota-se que já haviam iniciado o seu declínio em 2019, depois de terem alcançado o seu pico em 2018, com um valor total de 5 197,9 milhões de dólares americanos. Mas como e por que motivo se deu esse declínio das exportações? Observa-se pelos dados do Banco de Moçambique (2020) que em 2019 se registou um declínio das exportações na ordem dos -19 %, que se acentuou no ano seguinte, isto é, em 2020, com uma taxa de -23 %, factos que contribuíram para baixar o valor das exportações para 3 588,5 milhões de dólares americanos, portanto, inferior ao valor de exportações alcançado em 2017, a saber, 4 725,3 milhões de dólares (vide fig. 6). Daí surge a questão relativa ao motivo desse declínio.

Analizando a composição e tendência das exportações de bens de Moçambique, nota-se que, quer o crescimento até ao pico identificado em 2018, como a queda do valor das exportações totais de bens registada em 2019 e 2020 podem ser explicadas, em grande medida, com base nas variações do valor das exportações da indústria extractiva. Para o efeito, concentramos a análise nos últimos dois anos, portanto, antes e depois da chegada da pandemia, investigando a queda das exportações. Verifica-se que o declínio no valor das exportações da indústria extractiva, em 2019, correspondeu a uma taxa de crescimento de -25 %, e agudizou-se em 2020 com -38 %, representando as maiores taxas negativas verificadas entre os bens de exportação. Entretanto, nota-se que o sector da indústria transformadora também experimentou um declínio considerável nos últimos dois anos, com taxas de crescimento de -19 % em 2019, e de -11 % em 2020. Embora ambas (indústria extractiva e transformadora) tenham contribuído fortemente para o declínio das exportações totais de bens, o contributo da indústria extractiva para este declínio foi maior, não apenas pelas taxas de crescimento que foram mais acentuadas, mas também pela significativa perda de peso no universo das exportações, facto que revela que as suas exportações caíram de forma mais acentuada do que as dos outros sectores. Como se pode ver, o peso das exportações da indústria extractiva passou de 47 % em 2018, para 40 % em 2019, tendo alcançado 32 %, em 2020. Por sua vez, o peso das exportações da indústria transformadora caiu de 30 % em 2018, para 27 % em 2019, tendo depois crescido para 32 %, no ano 2020, isto é, igualou-se em peso com as exportações da indústria extractiva no ano da pandemia. Contudo, deve notar-se que a melhoria relativa do peso da indústria transformadora nas exportações, em 2020, não corresponde e nem é sinónimo de um aumento das exportações do sector em termos absolutos. Pelo contrário, tendo também experimentado uma queda em termos absolutos, o seu peso melhorou em termos relativos devido à significativa redução quer em termos absolutos quer do peso das

exportações do sector extractivo, que exerceu fortes pressões também para a redução total das exportações de bens.

Não basta, porém, identificar o sector responsável pela queda das exportações de bens para explicar a razão dessa redução, mas importa investigar os factores que determinaram a redução do valor das exportações da indústria extractiva, e consequentemente das exportações totais. Por um lado, está claro que não se deveu apenas à eclosão da COVID-19, que só se revelou uma pandemia em 2020, ano em que atingiu Moçambique no mês de Março, enquanto em 2019 a indústria extractiva já havia registado um declínio significativo nas suas exportações, facto que se agudizou em 2020. Sendo mais específico em relação à indústria extractiva, é necessário observar que esta teve o seu pico em 2018, com exportações totais no valor de 2 457,1 milhões de dólares, em resultado de um crescimento contínuo verificado desde 2011 (vide fig.3). Fazem parte deste sector extractivo: rubis, safiras e esmeraldas (na subsecção 3.1); areias pesadas (na subsecção 3.2); carvão mineral (na subsecção 3.3); e o gás natural (na subsecção 3.4). Observando os dados, nota-se que, em 2018, se registou também o pico do valor da exportação de carvão mineral, cujo peso relativo nas exportações do sector correspondeu a 71 % naquele ano. O mesmo foi antecedido de um crescimento substancial desde 2011, que após experimentar a sua taxa de crescimento máxima entre 2016 e 2017, arrefeceu-se em 2018, ano em que a sua taxa de crescimento se situou ao nível de 4 %. Porém, no ano seguinte, 2019, experimentou uma queda correspondente a uma taxa de crescimento de -30 %, seguida de outra de -47 %, em 2020, ano em que a pandemia foi decretada. Notavelmente, a tendência das exportações de carvão determinou significativamente a tendência geral da indústria extractiva dado o seu peso relativo.

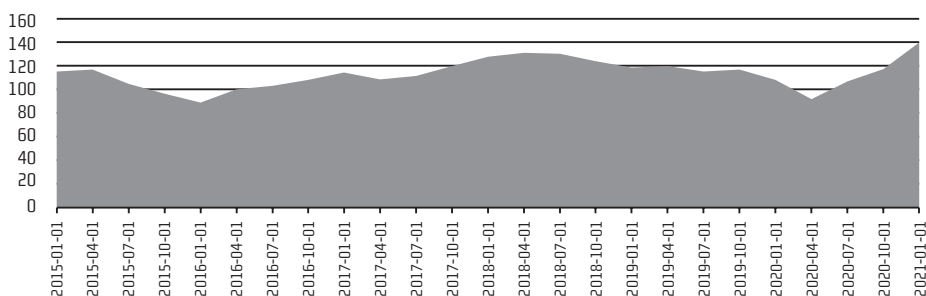
A questão que se coloca é: em que medida esta queda está associada à COVID-19, ou aos esforços mundiais de massificação do uso de energias limpas, com a consequente alteração de preços das *commodities* no mercado internacional?



Importa aqui salientar que a gigante produtora de carvão mineral, em Moçambique, a mineradora Vale do Rio Doce, veio, em Janeiro de 2021, anunciar a sua decisão de desinvestimento no sector de carvão, começando pela reestruturação ao nível da gestão logística com a aquisição das acções da sua parceira japonesa, a Mitsui, ao nível do corredor logístico de Nacala (Lisboa, 2021; Rádio e Televisão de Portugal, 2021; Deutsche Welle, 2021b, 2021a). Sendo o carvão um dos seus principais produtos de exploração e comercialização, é muito provável que esta operadora tenha previsto o contínuo declínio do preço internacional do carvão mineral, tendo agido por antecipação em consideração dos efeitos no preço do carvão e da agenda global de redução das emissões de carbono até 2050 (vide mais sobre o assunto em IEA, 2021; Gielen *et al.*, 2019; Rockström *et al.*, 2017). Por outro lado, visto que tal como outros recursos naturais extraídos, também o carvão goza de benefícios fiscais em Moçambique, o seu abandono atempado pode assegurar a sua saída enquanto ainda é uma empresa lucrativa. Em caso de ter percebido tal tendência, pode ter feito uma retirada estratégica antes que o carvão perca o seu valor comercial e a empresa entre em prejuízos gravosos, e bem assim, antes que o Estado Moçambicano finalmente perceba as suas perdas, resultantes dos benefícios fiscais e da impossibilidade de extrair ganhos no futuro, decorrentes desta indústria e, portanto, decida tributar. Contudo, é um facto que, de 2018 para 2020, o peso do carvão, na indústria extractiva em Moçambique, caiu de 71 %, em 2018, para 66 %, em 2019, e 57 %, em 2020 (cálculos com base nos dados do Banco de Moçambique, 2020), e essa queda significativa esteve intrinsecamente associada à queda vertiginosa do preço do carvão no mercado internacional iniciada em meados de 2018, em que alcançou o máximo de cerca de 155 dólares por tonelada métrica, e cujo preço mínimo se verificou em Agosto de 2020, situando-se na ordem de 51,15 dólares por tonelada métrica (International Monetary Fund, 2021c).

Neste contexto, e pela análise feita sobre as exportações, pode depreender-se que a sua queda é explicada maioritariamente pela queda do preço das *commodities* no mercado internacional, em particular da queda do preço do carvão, *commodity* com maior peso na indústria extractiva em Moçambique, mas também da queda do preço do alumínio, *commodity* com maior peso nas exportações do sector da indústria transformadora. O preço global do alumínio também experimentou um pico em 2018, correspondente a cerca de 2 300 dólares por tonelada métrica, em Maio de 2018, tendo caído até ao seu ponto mínimo, que rondou cerca de 1 460 dólares por tonelada métrica, em Abril de 2020 (International Monetary Fund, 2021b). O preço do gás natural seguiu a mesma tendência, e bem assim, o preço dos outros *commodities*, tendo o pico em meados de 2018, e experimentaram uma queda abrupta até ao segundo trimestre de 2020, altura em que retomaram um rápido crescimento (International Monetary Fund, 2021a). Portanto, a queda no valor das exportações de bens, na Balança Comercial de Moçambique, não é explicada pela COVID-19, e sim pela queda dos preços das *commodities*

FIGURA 4: ÍNDICE GLOBAL DE PREÇOS DE TODOS OS COMMODITIES, (ÍNDICE 2016=100), BASE TRIMESTRAL, NÃO AJUSTADO ÀS SAZONALIDADES.

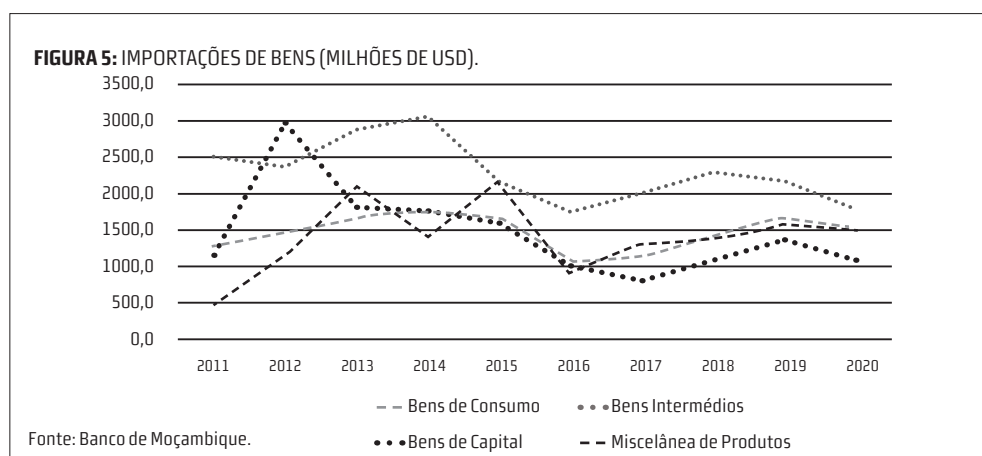


Fonte: IMF.

no mercado internacional, que teve o seu início em 2018 e o seu ponto mais baixo em 2020, tendo desde então voltado a crescer (vide fig.4).

Por outro lado, em relação às importações, nota-se maior declínio nos bens intermédios, cuja queda iniciou em 2019 com uma taxa de crescimento de -5 %, tendo piorado em 2020, em que atingiu -18 %. Assumindo que os bens intermédios desempenham um papel importante para a produção industrial nacional, e observando que a redução nas suas importações teve início no ano anterior à pandemia, também contribui para sustentar o argumento de uma crise pré-existente, que se agravou com a chegada da pandemia. No entanto, os outros bens de importação experimentaram reduções apenas no ano de início da pandemia, como é o caso dos bens de capital, que experimentaram um declínio acentuado de -21 %, em 2020, após altas taxas de crescimento nos dois anos anteriores, de 35 % e 26 %, respectivamente em 2018 e 2019. Também o caso dos bens de consumo e das miscelâneas de produtos que declinaram -6 % em 2020, após três anos sucessivos de crescimento (fig. 5). Não obstante, é de salientar que, na categoria dos bens de consumo, o declínio nas importações registou-se especialmente em produtos que não são de primeira necessidade. Os bens de primeira necessidade, sobretudo os bens alimentares, registaram taxas de crescimento positivas, e em certos casos superiores às do ano anterior à pandemia. São exemplo o arroz, o trigo, o óleo alimentar, as carnes e miudezas de aves, os produtos hortícolas e legumes, o leite e lacticínios, os ovos e mel natural, com um destaque especial para a categoria de medicamentos e reagentes cuja importação registou um considerável aumento, isto é, de uma taxa de crescimento de 6 %, em 2019, aumentou para 33 %, em 2020. A tendência de declínio nas importações dos bens intermédios, particularmente dos combustíveis, bem como das importações de capital, contra o aumento da importação dos bens de consumo, com destaque para os produtos alimentares e medicamentos, poderia explicar a tendência geral esperada dos agentes económicos em período de pandemia. Pois, era de esperar, num momento como este, que se registasse uma acentuada redução da actividade produtiva, e

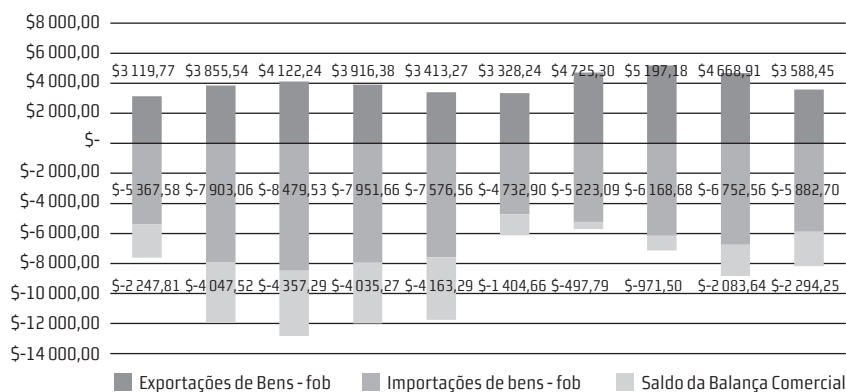
um consequente aumento do consumo doméstico de alimentos, que pode ser explicado pela maior permanência dos indivíduos nas suas residências (Sambo & Siúta, 2020). Em relação aos medicamentos, podem ser um factor explicativo da demanda por motivos de precaução aliados ao medo da doença. Entretanto, esta explicação seria parcial, na medida em que, poderia sim explicar o aumento do consumo doméstico e quiçá a diminuição das importações dos bens de capital. Mas em relação aos bens intermédios, não é óbvio por dois motivos: primeiro, pelo facto de estes terem iniciado o seu declínio em 2019, e não na altura da pandemia; segundo, pela composição e dinâmicas de mercado das suas componentes. Ou seja, em relação ao segundo motivo, é de salientar que na composição dos bens intermédios cujo declínio iniciou em 2019, constam os combustíveis e o alumínio bruto, que em 2018, ano anterior ao início do declínio, tinham um peso conjunto de 66 % (respectivamente 41 % para os combustíveis e 25 % de alumínio bruto) sobre os bens intermédios. Ambos registaram uma queda no valor das importações desde 2019 a 2020, e também no mercado internacional se registou uma baixa de preços das respectivas *commodities* (isto é, do *brent* e do alumínio), que ditaram a redução do valor das importações dos bens intermédios, os quais, no universo das importações, em 2018, constituíam 37 %, tendo declinado para 32 % e 30 %, em 2019 e 2020, respectivamente. Portanto, essas dinâmicas consubstanciam a vulnerabilidade da economia moçambicana em relação aos choques externos sem, no entanto, explicar com clareza ou rejeitar a relação com os efeitos da pandemia.



Terceiro, depois de uma redução considerável do défice da balança comercial, em 2016, resultante da diminuição significativa das importações, e uma contínua melhoria, em 2017, resultante do aumento do valor das exportações, desde 2018 regista-se um crescimento contínuo do défice da balança comercial sem, contudo, se notar um efeito significativo por conta da COVID-19, em 2020. Note-se que, de 2017 a 2018, tanto as exportações como

as importações cresceram, porém, as importações tiveram uma taxa de crescimento mais elevada, contribuindo para o agravamento do défice comercial. Entretanto, em 2019, as exportações iniciaram o seu declínio com uma taxa de crescimento de -10,2 %, tendo acelerado o ritmo da sua redução no ano 2020, em que registou um decréscimo na ordem dos -23 %, isto é, reduzindo de 4 668,91 milhões de dólares, em 2019, para 3 588,45 milhões de dólares, em 2020. Por seu turno, as importações registaram um aumento, em 2019, na ordem dos 9,5 %, contra o declínio das exportações de -10,2 %, facto que agravou o défice da Balança Comercial para 2 083,64 milhões de dólares. No ano seguinte, 2020, embora as importações tenham refreado, registando uma redução de -13 %, a diminuição das exportações foi mais gravosa, correspondente a -23 %, logo o défice continuou a crescer. Estas tendências contrárias entre as exportações e importações, no ano anterior à pandemia, em que as exportações declinaram e as importações aumentaram, aliadas à diferença na magnitude de variação do valor das importações e exportações em 2020, ano em que ambas reduziram, não só contribuíram para o aumento do défice da Balança Comercial, como também têm afectado negativamente a disponibilidade de divisas no País, com efeitos na depreciação contínua do metical por dólar americano⁶ (vide figs. 6 e 7).

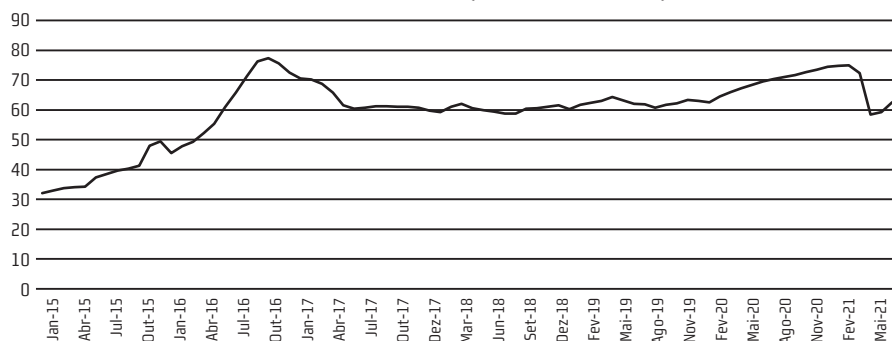
FIGURA 6: TENDÊNCIAS DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (MILHÕES DE USD).



Fonte: Banco de Moçambique.

⁶ Embora se observe uma rápida apreciação do metical em relação ao dólar americano, entre Março e Abril de 2021, esta apreciação não encontra sustento na análise económica desenvolvida neste artigo, visto que, por um lado, o influxo de IDE estagnou, e por outro, o défice da Balança Comercial tem crescido continuamente desde 2017, indicando que as exportações são incapazes de financiar a totalidade das nossas importações. Com a reputação de Moçambique no mercado financeiro global e diante dos seus parceiros económicos devido às dívidas ocultas, o influxo de divisas em forma de empréstimos pode ter abrandado. Em contrapartida, o serviço da dívida continua, tendo sido parcialmente prorrogado em 2020 até ao final de 2021, factos que indicam haver uma pressão cada vez maior para a depreciação do metical. Portanto, a intervenção do Banco de Moçambique, que resultou na apreciação cambial do metical por dólar americano, de 75,13 MT/USD, em Fevereiro de 2021, para 51,5 MT/USD, em Abril, nas condições económicas e conjunturais vigentes, não pode durar muito tempo, salvo se as condições conjunturais se alterarem.

FIGURA 7: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CâMBIO MENSAL MT/USD (JAN 2015 – MAIO 2021).



Fonte: Banco de Moçambique.

Com as análises apresentadas nesta secção podem tirar-se algumas conclusões preliminares, como, por exemplo: (i) que o IDE estava a declinar desde 2012, tendo estagnado entre 2017 até 2020, ano em que não se observa um comportamento diferente passível de ser atribuído à pandemia; (ii) o PIB de Moçambique entrou num período de arrefecimento do seu crescimento desde 2015, com taxas de crescimento progressivamente menores, até ao seu declínio, em 2020, ano de início da pandemia; (iii) a redução das exportações não se explica com a eclosão da COVID-19, embora esta tenha contribuído para o seu agravamento em 2020, mas deve-se principalmente à vulnerabilidade da economia de Moçambique em relação aos choques externos, e neste caso concreto, esteve relacionada com choques de preços das *commodities*; (iv) o comportamento das importações de bens revela ter sido fortemente influenciado pela pandemia, embora tenha sofrido outros efeitos relacionados com a sua vulnerabilidade em relação ao resto do Mundo; (v) o défice da balança comercial manteve a sua tendência de crescimento face à pandemia, mantendo assim uma contínua pressão sobre a disponibilidade de divisas com efeito na depreciação do metical.

Por sua vez, em relação ao impacto da COVID-19 sobre a economia de Moçambique, é de salientar que é negativo e evidente, facto que nos permite concluir que a pandemia exacerbou os efeitos da crise já existente. A evidência reside não somente no facto de se notar que sectores ou ramos de actividade antes estáveis ou em franco crescimento tenham experimentado um repentino declínio, mas também no agravamento do declínio dos sectores outrora afectados pela crise, bem como na consistência de tais reacções adversas com a análise económica, em contexto de pandemia. Por exemplo, os ramos de actividade que registaram impacto negativo em relação ao ano anterior que tivera sido positivo são, por ordem do mais ao menos afectados⁷: alojamento, restauração e similares (-22,10 %), sendo o ramo mais afectado

⁷ Pelos cálculos do autor da variação percentual do PIB a preços constantes baseado nos dados do INE do PIB na óptica da Produção, quadro 2 referente ao Produto Interno Bruto a preços constantes com ano de base em 2014 (INE, 2021).

e cujo impacto da COVID-19 precede a chegada da doença ao País (vide: Sambo & Siúta, 2020); administração pública, defesa e segurança social (-7,14 %); transporte e armazenagem (-3,08 %); comércio e reparação de veículos automóveis (-2,54 %); silvicultura (-1,97 %); manufactura (-1,49 %); educação (-1,35 %); pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados (-1,03 %); construção (-0,90 %); informação e comunicação (-0,78 %); actividades financeiras (-0,69 %). Importa aqui ressaltar que, em relação aos impostos sobre os produtos, os direitos de importação sofreram uma redução na ordem dos -5,72 %, contra taxas de crescimento positivas nos três anos anteriores consecutivos, contrariamente à categoria de outros impostos sobre os produtos, que cresceu 14,39 % em meio à pandemia, depois de ter contraído nos dois anos consecutivos que a precederam. Note-se também que, embora a indústria extractiva tivesse experimentado uma contracção no ano anterior, na ordem de -2,58 %, no ano da pandemia, agravou-se o seu declínio em -15,10 %, exacerbando-se assim o efeito da redução dos preços das *commodities* com o efeito da redução das actividades económicas tanto ao nível interno quanto externo, por conta da COVID-19. Portanto, é notório que a pandemia da COVID-19 afectou negativamente à economia do País, porém, esta não é, e nem deve ser dada como a única razão para a economia de Moçambique ter experimentado uma recessão em 2020, mas claramente pode argumentar-se que a pandemia precipitou a recessão, segundo as análises e dados apresentados ao longo do texto. Ademais, continua evidente, através da análise do PIB, na óptica de produção, que os ramos de actividade mais afectados negativamente transcendem as dinâmicas económicas nacionais, como é o caso do alojamento e restauração, que depende principalmente da abertura externa e interna à circulação de turistas e viajantes internacionais, e a indústria extractiva, que é quase totalmente voltada para as exportações, portanto, dependente das condições de mercado internacionais, sendo os outros ramos parcialmente dependentes, mas também directamente afectados pelas medidas restritivas impostas pelas autoridades nacionais.

Acrescente-se que existem outras dinâmicas económicas e políticas que tiveram lugar ao longo do período de foco da análise e que poderiam tê-la enriquecido sob uma ou outra perspectiva, mas não foram incluídas. Alguns exemplos são: a guerra no Norte de Moçambique, o adiamento da decisão final de investimento pela empresa ExxonMobil com concessão para exploração de Gás Natural Liquefeito (LNG) na bacia do Rovuma em Cabo Delgado, o abandono do mercado nacional da castanha do Caju pela empresa Olam Moçambique, membro do grupo Olam, entre outros. Por outro lado, e na perspectiva do debate sobre as possíveis recuperações das economias pobres, como é o caso de Moçambique, sem ou com a administração da vacina, importa acrescentar que até princípio de Julho de 2021, somente cerca de 24,9 % da população mundial já tinha tomado pelo menos uma dose da vacina, dos quais, apenas 1 % da população dos países pobres. Segundo a mesma fonte, em Moçambique, cerca de 508 184 pessoas já haviam sido vacinadas, representando 1,13 %

da população (Ritchie *et al.*, 2020). Portanto, se o crescimento económico de Moçambique estiver dependente do processo de vacinação, é de esperar que a economia não cresça a menos que seja vacinada pelo menos 50 % da população. No entanto, há já registos de recuperação da economia de Moçambique, com base em dados do PIB do primeiro trimestre de 2021, publicados na página do INE (2021), facto que concorre em favor da análise feita, que explica as dinâmicas económicas de Moçambique com base na sua vulnerabilidade em relação aos choques externos. Pois, como demonstrado ao longo desta secção, os preços das *commodities* retomaram a tendência de um rápido crescimento ainda em 2020, facto que pode contribuir para alavancar a economia nacional dada a sua elevada dependência das *commodities*.

CONCLUSÃO

A narrativa global, quer do Banco Mundial e do FMI, quer das várias agências noticiosas, sobre a crise económica de 2020, é que resulta exclusivamente da pandemia da COVID-19, e que é indiscutivelmente generalizável nesse sentido, portanto, a única saída visível é a vacinação universal. Porém, esta pesquisa, que versa sobre o caso de Moçambique, revela que a economia deste País já estava em progressivo abrandamento rumo à recessão, pelo que a pandemia apenas a impulsionou. Ou seja, a economia de Moçambique já experimentava uma crise em franca formação, e a COVID-19 apenas a precipitou, não sendo, portanto, a causa primária da crise.

Com recurso à análise da situação económica de Moçambique em dois contextos distintos, a saber, (i) no contexto da pandemia com enfoque nas medidas tomadas pelo Estado e respectiva capacidade interventiva, e (ii) nas dinâmicas económicas de Moçambique em relação ao resto do Mundo desde antes da pandemia e após a sua eclosão, conclui-se que:

(i) Em relação às medidas socioeconómicas adoptadas devido à pandemia da COVID-19, e às capacidades interventivas do Estado na economia, constata-se, primeiro, que o Estado moçambicano estava desprovido de meios financeiros e materiais, no momento da entrada da pandemia, mas não só. Segundo, que se encontrava também altamente endividado no sistema financeiro internacional, portanto, com pouca possibilidade de recorrer ao mesmo para obtenção de crédito. Terceiro, as relações com os seus principais parceiros bilaterais estavam fragilizadas na sequência das dívidas ocultas. Portanto, embora precisasse de apoio financeiro para poder lidar tanto com a pandemia como com a crise que já enfrentava, o País não dispunha de muitas opções. Não obstante, adoptou medidas de higiene e segurança, bem como a decretação do Estado de Emergência relativamente cedo, acompanhado de imposições de normas e de restrições, com vista à prevenção de uma possível crise humanitária. Mas com o surgimento de iniciativas internacionais de «ajuda» aos países mais carenciados, por iniciativa dos parceiros multilaterais, no âmbito da COVID-19, Moçambique beneficiou

de empréstimos tanto do FMI como do Banco Mundial, aliviando parcialmente a sua necessidade de divisas. Adicionalmente, beneficiou parcialmente da iniciativa de suspensão do serviço da dívida (ISSD). É importante chamar a atenção que, enquanto a curto prazo estas iniciativas podem resolver o problema de liquidez do Estado, a médio e longo prazos constituem um peso financeiro agravado sobre a economia, pois constituem dívida adicional ao País que já estava altamente endividado, aumentando também os encargos com o serviço da dívida. Portanto, além da pandemia encontrar o País num estado vulnerável e crítico, tem também o potencial de o deixar num estado pior.

(ii) Quanto às dinâmicas das relações económicas de Moçambique com o resto do Mundo, depreende-se que há elementos suficientes que sustentam o argumento segundo o qual a COVID-19 não é a causadora da crise económica em Moçambique, portanto, mesmo que a vacina combata efectivamente o coronavírus, não é capaz de combater a crise económica em Moçambique. Primeiro, partindo da análise da tendência do IDE, que por sua vez influencia as exportações e consequentemente a tendência do PIB, constata-se que este tem vindo a declinar entre 2013 e 2017, tendo estagnado entre 2017 e 2020. Paralelamente ao IDE, assiste-se a uma derrocada das taxas de crescimento do PIB, com início em 2015, que se manteve até 2020, ano em que alcançou uma taxa de crescimento negativa, e em que se manifestou a COVID-19. Em consequência das taxas de crescimento cada vez menores, o PIB real também seguia o ritmo, abrandando até 2020, ano em que o PIB de Moçambique experimentou uma recessão. Esse movimento paulatino e consistente iniciado em 2015 é, em si, um sustento para aquele argumento, pois explica que a queda do PIB, em 2020, em Moçambique, resulta de um contínuo abrandamento da economia. Olhando para as dinâmicas do comércio externo, nota-se que as exportações de bens alcançaram um pico em 2018, e decresceram em 2019 e 2020, impulsionadas pela queda do valor das exportações dos sectores da indústria extractiva e da indústria transformadora. Aprofundando a análise, o estudo concluiu que a queda nesses sectores de actividade se deveu intrinsecamente à queda substancial dos preços das *commodities* no mercado internacional, que alcançou o mínimo em 2020. Por fim, as importações responderam mais claramente aos impactos da pandemia, porém, em conjunto com as exportações, revela-nos um saldo da Balança Comercial deficitário e continuamente crescente desde 2017, facto que exerce contínuas pressões para a desvalorização do metical. Contudo, as diversas análises apresentadas revelam fortes evidências de que as variáveis em estudo já estavam em decadência antes da aparição da COVID-19, sendo que esta contribuiu para o seu agravamento.

IMPLICAÇÕES DA ANÁLISE

No contexto das análises aqui apresentadas, podem deduzir-se várias implicações, porém, centrar-nos-emos em três implicações chave que se descrevem brevemente abaixo:

- Considerando as condições de fragilidade, alto grau de endividamento público, e a baixa renda que caracterizam alguns países, como é o caso de Moçambique, as instituições multilaterais deviam ter doado os recursos para a sua rápida recuperação, mantendo os níveis de exigência necessários para execução transparente dos fundos, e prestação de contas ao público em geral. Sobretudo, quando admitem, como no caso do Banco Mundial, que as economias de baixa renda, com a vacinação atrasada, terão sofrido uma reversão dos avanços na redução da pobreza e um agravamento na insegurança e em outros desafios por conta dos efeitos da pandemia (World Bank, 2021b). Se esta afirmação for verdadeira, então, apoiar tais economias através de um endividamento adicional e em momento de crise, pode ser pernicioso, sobretudo para uma economia que já se encontrava altamente endividada.
- Por outro lado, é também paradoxal que a mesma instituição que condiciona a recuperação económica das economias de baixa renda, como a de Moçambique, à possibilidade de vacinação massiva da população, simultaneamente faça previsões de taxas de crescimento agregadas calculando com base no peso do PIB a preços médios de 2010 a 2019. Em outras palavras, deve-se notar que (i) tal previsão não leva em conta a vacinação, (ii) não considera a conjuntura macroeconómica e as dinâmicas da dívida pública, (iii) ignora os factores que ditaram o abrandamento da economia, entre outros.
- Por último, uma vez compreendido que a COVID-19 não é a causadora da crise económica em Moçambique, urge a necessidade de se orientar os esforços quer internos quer externos para colmatar o problema, o que passa em grande medida pela transformação da estrutura económica de Moçambique de uma base afunilada e concentrada em recursos extractivos com alta volatilidade de preços, para uma indústria manufactureira e metalomecânica, que crie ligações quer a montante como a jusante, que forneça mais empregos e gere mais rendimentos, aproveitando as dinâmicas de integração económica não somente da SADC, mas também da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Portanto, se o objectivo último for de acabar com a crise económica, então não é com as vacinas, e sim com investimento público e privado.

REFERÊNCIAS

- AIM (n.d.) *Dívida pública de Moçambique está nos 120% do PIB*. Portal do Governo de Moçambique. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Divida-publica-de-Mocambique-esta-nos-120-do-PIB> (Consultado a 4 de Julho de 2021).
- Alegado, S. (2020) *Coronavirus Pandemic Could Cost the World \$4.1 Trillion* | *Time*. 3 April 2020. TIME. Disponível em: <https://time.com/5814933/coronavirus-pandemic-cost-4-trillion/> (Consultado a 13 de Abril de 2020).
- Banco de Moçambique (2020) *Estatísticas Gerais - Balança de Pagamentos*. Disponível em: http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222 (Consultado a 23 de Abril de 2020).
- BNI (2021) *Investimento & Desenvolvimento - Banco Nacional de Investimento*. 2021. BNI - Banco Nacional de Investimento. Disponível em: <https://www.bni.co.mz/sobre-o-bni/institucional/> (Consultado a 01 de Setembro de 2021).
- BNI (2020) *Realatório e Contas 2020: Banco Nacional de Investimento*, p. 23.
- Castel-Branco, C.N. (2015) Desafios da sustentabilidade do crescimento económico—uma «bolha económica» em Moçambique. In: *Desafios para Moçambique 2015*. Desafios para Moçambique. IESE. Maputo, IESE. pp. 157–199.
- Castel-Branco, C.N. & Ossemame, R. (2010) Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: *Desafios para Moçambique, 2010*. Maputo, Moçambique, IESE. p. 141. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf#page=142.
- Cortez, E., Orre, A., Fael, B., Nhamirre, B., et al. (2021) *Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique*, p. 144.
- Deutsche Welle (2021a) *Após anunciar saída de Moçambique, Vale amplia projeto na Indonésia* | *DW* | 29.06.2021. 29 June 2021. DW.COM. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ap%C3%B3s-anunciar-sa%C3%ADda-de-mo%C3%A7ambique-vale-amplia-projeto-na-indon%C3%A9sia/a-58088332> (Consultado a 9 de Julho de 2021).
- Deutsche Welle (2021b) *Vale liquida dívida bilionária para sair de Moçambique* | *DW* | 09.06.2021. 6 September 2021. DW.COM. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/vale-liquida-d%C3%ADvida-bilion%C3%A1ria-para-sair-de-mo%C3%A7ambique/a-57826330> (Consultado a 9 de Julho de 2021).
- Georgieva, K. (2020) *Message from the Managing Director: in 'IMF Annual Report 2020 | A Year Like No Other'*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2020/eng/> (Consultado a 29 de Maio de 2021).

- Gielen, D., Gorini, R., Wagner, N., Leme, R., et al. (2019) *Global energy Transformation: A Roadmap to 2050*. Disponível em: <https://www.h2knowledgecentre.com/content/researchpaper1605> (Consultado a 9 de Julho de 2021).
- IEA (2021) *Net Zero by 2050: A Roadmap for the Global Energy Sector*. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>.
- INE (2021) *PIB_Optica_Produção.18.05.2021.xlsx – Instituto Nacional de Estatística*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib_optica_producao-18-05-2021.xlsx/view (Consultado a 2 de Setembro de 2021).
- Instituto Nacional de Estatística (ed.) (2019) *Anuário Estatístico 2019 - Moçambique / Statistical Yearbook 2019 - Mozambique*. Estatísticas Oficiais. Moçambique, Instituto Nacional de Estatística.
- International Monetary Fund (2021a) *Global Price Index of All Commodities*. 6 August 2021. FRED, Federal Reserve Bank of St. Louis. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/PALLFNFINDEXQ> (Consultado a 09 de Julho de 2021).
- International Monetary Fund (2021b) *Global price of Aluminum*. 6 August 2021. FRED, Federal Reserve Bank of St. Louis. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/PALUMUSDM> (Consultado a 09 de Julho de 2021).
- International Monetary Fund (2021c) *Global price of Coal, Australia*. FRED, Federal Reserve Bank of St. Louis. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/PCOALAUUSDM> (Consultado a 09 de Julho de 2021).
- International Monetary Fund (2021d) *Policy Responses to COVID19*. IMF. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19> (Consultado a 04 de Julho de 2021).
- Levy, P.M. & Leite, C.R.G. (2021) *Carta de Conjuntura*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210615_cc_51_nota_26_economia_mundial.pdf.
- Lisboa, O. (2021) *Moçambique: Vale vai desistir da exploração de carvão em Moatize*. RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20210122-mo%C3%A7ambique-mineira-vale-vai-desistir-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-carv%C3%A3o-em-moatize> (Consultado a 09 de Julho de 2021).
- Ministério da Economia e Finanças (2021) *Relatório Anual da Dívida Pública - Exercício Fiscal 2020*.
- Ministério da Saúde (2021a) *Boletim Mensal de Covid-19 Moçambique '30 de Abril'*.
- Ministério da Saúde (2021b) *Coronavírus (Covid-19)*.
- Orlik, T., Rush, J., Cousin, M. & Hong, J. (2020) Coronavirus Could Cost the Global Economy \$2.7 Trillion. Here's How. *Bloomberg*. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-11-coronavirus-could-cost-the-global-economy-2-7-trillion>.

- bloomberg.com/graphics/2020-coronavirus-pandemic-global-economic-risk/ (Consultado a 23 de Abril de 2020).
- Rádio e Televisão de Portugal (2021) *Empresa mineira Vale vai vender exploração de carvão em Moçambique*. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/empresa-mineira-vale-vai-vender-exploracao-de-carvao-em-mocambique_n1291225 (Consultado a 09 de Julho de 2021).
- Ritchie, H., Ortiz-Ospina, E., Beltekian, D., Mathieu, E., et al. (2020) Coronavirus Pandemic (COVID-19). *Our World in Data*. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations> (Consultado a 10 de Julho de 2021).
- Rockström, J., Gaffney, O., Rogelj, J., Meinshausen, M., et al. (2017) A roadmap for rapid decarbonization. *Science*. 355 (6331), 1269–1271.
- Sambo, M.G. (2020) Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconomico em Moçambique. In: *Desafios para Moçambique 2020*. Desafios para Moçambique. IESE. Maputo, IESE. pp. 281–309.
- Sambo, M.G. & Siúta, M. (2020) Moçambique e a Covid-19: mecanismos externos de transmissão do seu impacto económico. *IDeLAS*. Maputo, IESE.
- Siúta, M. & Sambo, M.G. (2020) Covid-19 em Moçambique: Dimensão e possíveis impactos. *IDeLAS*. (IESE). Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/Ideias-124_MSiMS.pdf.
- The Global Economy (2021) *Mozambique Trade openness - data, chart*. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/Mozambique/trade_openness/ (Consultado a 07 de Julho de 2021).
- Trading Economics (2021a) *MOÇAMBIQUE - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/mozambique/rating> (Consultado a 04 de Julho de 2021).
- Trading Economics (2021b) *Moçambique - Dívida Pública % PIB*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/mozambique/government-debt-to-gdp> (Consultado a 04 de Julho de 2021).
- WHO Regional Office for Europe (2020) *Coronavirus disease (COVID-19) outbreak - About the virus*. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/novel-coronavirus-2019-ncov> (Consultado a 24 de Maio de 2021).
- WHO Regional Office for Europe (2020) *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*. 2020. World Health Organization. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/novel-coronavirus-2019-ncov> (Consultado a 24 de Maio de 2021).

World Bank (2021a) *COVID 19: Debt Service Suspension Initiative*. World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative> (Consultado a 09 de Julho de 2021).

World Bank (2021b) *World Bank Global Economic Prospects*. World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/06/08/world-bank-global-economic-prospects-2021> (Consultado a 02 de Julho de 2021).

World Bank Group (2021) *Global Economic Prospects*. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35647/9781464816659.pdf>.